



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO OITOCENTOS E QUARENTA

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2020, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Vice-presidente Ademar Gauger, o primeiro Secretário João Carlos Jahn, o segundo Secretário Claudir Antônio Ludwig e os vereadores: Bernardino Scottá, Luiz Felipe Werner, Dalcir Luis Ebeling, Laudir Abel e Marino Pedro Zagonel. Ademar informa que Pedro Gilson não está presente por motivo de doença e hoje ele conduzirá a sessão em sua representação, e assim deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O Secretário leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da Sessão Ordinária do dia 10 de novembro a qual foi aprovada por unanimidade. Passando a análise dos projetos foi lido projeto 2444 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município de Barão para o Exercício Financeiro de 2021. A Comissão emitiu favorável e o projeto é colocado em primeira discussão. Marino comenta que lhe chamou a atenção as perdas do Fundeb que representam um significativo valor a menor. João Carlos diz que segundo o projeto vai aumentar cerca de nove por cento. Laudir diz que foi aprovado aumento gradativo do percentual até 2026. Aumenta o repasse e diminui a devolução. João Carlos comenta que na verdade a perda vai diminuir, ou seja é melhor para o Município. Laudir diz que são cerca de quinhentos mil. João Carlos comenta que é bastante 30% o tanto que o Prefeito pode mexer no Orçamento sem autorização da Câmara. Os vereadores lembram que sempre foi esse percentual, que agora não é o momento de alterar, mas alguns concordam que o percentual é bastante expressivo. Assim o projeto permanece na Casa. Em seguida foi lido projeto do Legislativo 124 que dispõe sobre a concessão de uso de imóvel rural para o Esporte Clube Cultural Recreativo Copacabana. A comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Dalcir, autor do projeto diz se tratar de uma adequação, pois há muito tempo o clube utiliza o espaço sendo que a responsabilidade do que acontece na área ainda é da Prefeitura. Existem outras áreas na mesma situação, sita como exemplo o União, que ao contrário do Copa cedeu para o Município. Marino diz ser importante essa adequação uma vez que qualquer coisa que acontece na área é de responsabilidade do Município, diz ser importante fazer um levantamento das outras áreas que se encontram nessa situação e regularizar. Laudir diz que sim, as áreas que estão em cessão de uso devem ser avaliadas até mesmo para retirar a responsabilidade civil do Município sobre as áreas. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido projeto do Legislativo 130 que acrescenta o § 6º e inciso I ao artigo 4º da Lei nº 784 de 30 de outubro de 2001. O parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Dalcir, proponente do projeto diz que desde que foi instituída a cobrança do IPTU em todas as áreas urbanas do município, surgiram alguns problemas, reclamações por parte dos moradores e o próprio Executivo não sabia como agir em algumas situações. Ressalta que a proposta ainda precisa ser regulamentada por Decreto, estabelecendo as regras para que o produtor se enquadre na referida cobrança. Laudir comenta o projeto dizendo que várias questões precisam ser normatizadas no Decreto. Bernardino questiona o porquê normatizar se a Lei Federal ampara. Os vereadores discutem a questão, comentando o que de fato deve ser cobrado nas áreas urbanas do interior. Marino entende que sim é preciso regradar a questão pois do jeito que está atualmente há muitos problemas. Quanto a contribuição de melhoria Dalcir diz que nossa Lei permite cobrar até mesmo o patrolamento. Bernardino questiona a cobrança de outras taxas de serviços, como por exemplo o recolhimento de lixo. Dalcir diz que na sua opinião a cobrança de coleta de lixo deveria ser cobrada de todos que dispõe desse serviço e não deveria ser anexada a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

cobrança do IPTU. Bernardino comenta que hoje todas as taxas estão incluídas no mesmo carnê. Claudir diz que todo município que possui um terreno com calçamento, mesmo sendo no interior vale 50.000. Laudir diz que há falhas, pois se cria uma área urbana, não se faz ata acordando o pagamento com os moradores e como tem cinco anos para cobrar, o Prefeito não precisa nem cobrar durante seu mandato. Ou acontece como aconteceu nesse ano que muitos agricultores foram pegos de surpresa, pois o município emitiu os carnês sem comunicar ninguém e teve produtores com mais de vinte mil reais de contribuição de melhorias para pagar. Dalcir concorda que é preciso regrar, comenta que quando foi feito o primeiro calçamento em Arroio Canoas, assim que terminou a obra, foram emitidos os carnês de pagamento. Lembra que essa cobrança é entrada no orçamento e não tem porquê não ser feita. Laudir diz que na liberação destes últimos 5 milhões para asfalto, novamente não foi feita reunião com nenhum morador, se tivesse sido feito poderiam em um ano fazer mais um km de asfalto. Os vereadores comentam a questão. Bernardino concorda com algumas questões, tem dúvidas se não consiste em renúncia de receita. Marino comenta de uma situação ocorrida com uma área de terras dele, sendo que veio a saber que se não declara valor na terra, se por acaso passar uma rodovia ou coisas afins o produtor recebe uma pequena taxa pela área, declarando o valor é possível receber um valor justo. Dalcir diz que em Arroio Canoas quando passou a rede de luz, alguns moradores receberam valores ilusórios enquanto outros receberam um grande valor, isso porque alguns declaravam e outros não. João Carlos diz acreditar que foi feito meio aos trancos e barrancos a questão do IPTU, cita como exemplo um imóvel de seu pai. Quando fizeram o levantamento colocaram como se a construção tivesse sido feita no ano de 2000, quando se deram conta disso e comunicaram na Prefeitura que a área foi construída em 1984, o imposto baixou cerca de duzentos reais. Diz que é preciso conversar com os moradores. Bernardino atenta para o fato de quem só é dono quem registra, então os dois lados estão pecando. Laudir diz que deveria se exigir licença para as construções no interior também, até porque os efeitos são os mesmos. Dalcir diz que o projeto pode ser analisado pelo jurídico do Executivo que pode identificar a viabilidade ou não. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente colocou em pauta o Projeto de Resolução 36 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara. Foram apresentadas as emendas, as quais haviam sido comentadas na última sessão, que normatizava as sessões online, estabelecendo que as sessões serão presenciais salvo disposição em contrário e também estabelecia normas para apresentação das emendas aos projetos que se referem ao Orçamento. Após uma breve discussão as emendas foram aprovadas por unanimidade. Assim o projeto de Resolução acompanhado das emendas aprovadas foi aprovado por unanimidade. Os vereadores aclamaram a aprovação do Regimento com palmas. Nas considerações finais João Carlos parabeniza os vereadores eleitos, diz que foi uma eleição interessante com grande renovação. Espera que todos possam realizar um bom trabalho. Claudir cumprimenta a todos, comenta sobre a Consulta Popular dizendo que Barão foi desclassificado pela baixa votação, lamenta que ninguém da Administração tomou a frente da questão. Comenta também sobre o Novembro Azul, lembrando que na Gestão da Secretária Lili eram realizadas campanhas de prevenção, questiona a Secretaria responsável se está sendo realizado algo a respeito, dizendo que se não está, ainda há tempo hábil para organizar alguma coisa. Solicita cópia das notas, planilhas de saída da brita adquirida através do edital de aquisição de 15 de outubro. Questiona o valor e onde foi gasta essa brita. Com relação a sua votação diz estar contente, visitou mais de mil famílias e agradece pelo resultado. Felipe cumprimenta a todos, com relação ao projeto aprovado referente ao

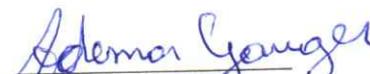


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

Copacabana, diz que foi uma de suas frustrações a questão da área de terras do Cantarera. Esteve inclusive em audiência com o Promotor de Justiça, sendo que existe um embargo no nome do Seu Valério Calliari, na época foi feita uma doação de boca e não é possível fazer a escrituração. Legalmente a sede do clube não existe e a qualquer momento a área pode ser colocada a leilão e aquele espaço ser considerado como potreiro ou algo semelhante. Diz que a situação lhe deixa triste uma vez que tentou buscar meios para resolver a questão, seria interessante que fosse resolvido pelo proprietário ou talvez o Município poderia adquirir uma área e transferir a sede, ou até mesmo o Clube promover uma ação para a referida aquisição. Quanto a eleição, Felipe parabeniza a todos que colocaram seus nomes a disposição. Cumprimenta os candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, em especial o Prefeito eleito. Diz ser importante para a democracia que mesmo com uma diferença expressiva, os munícipes tiveram opção de escolha. Laudir cumprimenta os presentes, sobre as eleições diz que foi uma eleição tranquila, sem maiores problemas, sem comícios, sem barulho e com a cidade limpa. Parabeniza os colegas reeleitos, diz que seu principal objetivo foi alcançado que era eleger a majoritária. Parabeniza a todos. Diz que não estará na câmara no ano que vem, mas está contente por ter conseguido junto aos colegas aprovar uma Lei bastante importante que é a Lei de Transição, diz que já realizaram uma reunião e muito em breve será dado início ao Processo de Transição. Marino cumprimenta os presentes e ressalta a preocupação com a Pandemia, diz que os hospitais estão ficando lotados, diz ainda que em função da eleição no geral os dados não foram muito divulgados, mas a situação está complicada. Aqui no município as pessoas estão deixando de usar máscara, é preciso que todos continuem fazendo sua parte, pois não é o momento de relaxar nos cuidados. Quanto as eleições, parabeniza os eleitos e diz que sempre foi a favor da democracia, sempre se colocou contra aos ataques a instituições. Defende a democracia assim como defende o Sistema Único de Saúde que está sendo ameaçado. Acredita que o mais importante é buscar sempre o bem comum e a política é um momento, esse momento foi propício para aqueles que venceram e o que foi feito de bom fica como legado. Parabeniza a todos. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Sessão Ordinária do dia 17 de novembro de 2020. Assim sendo, lavro está ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma.


Pedro Gilson Jahn
Presidente


Ademar Gauger
Vice-Presidente

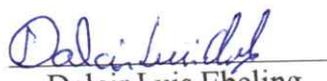

João Carlos Jahn
1º Secretário


Claudir Antônio Ludwig
2º Secretário


Luiz Felipe Werner
Vereador


Laudir Abel
Vereador


Bernardino Sottá
Vereador


Dalcir Luis Ebeling
Vereador


Marino Pedro Zagonel
Vereador